para pagamento de importâncias em dívida do ano económico de 1910-1911, as quais, nos termos do artigo 3.º da referida lei, serão levadas à conta do referido ano, sendo reforçadas na gerência de 1912-1913, com essas importâncias, as competentes verbas, artigos e capítulos da respectiva tabela, e ratificados os saldos em 1 de Junho de 1911, relativos ao citado ano de 1910-1911.

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado julgou este crédito nos termos legais de ser decretado.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, em 10 de Agosto de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Duarte Leite Pereira da Silva* — *Francisco Correia de Lemos* — *António Vicente Ferreira* — *António Xavier Correia Barreto* — *Francisco José Fernandes Costa* — *Augusto César de Almeida e Vasconcelos* — *António Aurélio da Costa Ferreira* — *Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*.

D. do G. n.º 206, de 2 de Setembro de 1912.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

3.ª Repartição

Sendo conveniente tornar extensivo à estação postal de Nagar-Avely, no Estado da Índia, o serviço de permutação de fundos por intermédio do correio: hei por bem, nos termos dos decretos de 19 de Outubro de 1900 e 27 de Novembro de 1902, autorizar a referida estação de Nagar-Avely a permutar vales provinciais, devendo este novo serviço começar a executar-se na data que for designada pelo Governador Geral daquele Estado.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 10 de Agosto de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*.

D. do G. n.º 191, de 15 de Agosto de 1912.

Sobre proposta do Ministro das Colónias e atendendo ao que ponderou o governador geral do Estado da Índia sobre a conveniência de serem reduzidas as taxas da correspondência postal expedida daquele Estado para a Ilha de Ceilão e de serem applicáveis, aos jornais e outros impressos destinados à Índia Britânica, taxas postais idênticas às adoptadas para as relações com a metrópole e colónias portuguesas;

Tendo ouvido o Conselho Colonial;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São applicáveis às correspondências postais, expedidas do Estado da Índia Portuguesa para a Ilha de Ceilão, as taxas em vigor para as correspondências postais expedidas daquele Estado para a Índia Britânica (incluindo Aden).

Art. 2.º São applicáveis aos jornais e impressos expedidos pelo correio do Estado da Índia Portuguesa para a Índia Britânica (incluindo Aden e Ceilão) as taxas em vigor para os jornais e impressos expedidos daquele Estado para a metrópole e colónias portuguesas.

Art. 3.º Pelo Governador Geral do Estado da Índia será publicada uma nova tabela de portes de correspondências contendo as alterações feitas na tabela actual em virtude do disposto nos artigos anteriores.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 10 de Agosto de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*.

D. do G. n.º 191, de 15 de Agosto de 1912.

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

2.ª Repartição

Tendo o decreto de 25 de Maio de 1911, que reorganizou o exército da República, dividido este em três escalões ou linhas, dos quais o segundo é o *exército de reserva*, cujas unidades são as que vem designadas no artigo 5.º do referido decreto, e convindo completar a organização dessas unidades conforme determinava já o § 1.º do artigo 231.º do decreto de 7 de Setembro de 1899, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra:

1.º Os oficiais de reserva que pertenceram aos quadros permanentes do exército activo e passaram à situação de reserva em harmonia com as disposições do decreto de 25 de Maio que regulou a situação dos oficiais que saem definitivamente dos quadros actuais, e bem assim os oficiais milicianos que passarem à situação de reserva por terem completado nas tropas activas o tempo de serviço a que eram obrigados, serão colocados, desde já, nas unidades de reserva da sua arma.

2.º Os oficiais de reserva colocados nas unidades de reserva continuam a perceber os vencimentos que lhes competem pela sua situação de reserva, ou continuam sem vencimento algum, conforme provierem dos quadros permanentes ou dos quadros milicianos.

3.º O soldo dos oficiais de reserva provenientes dos quadros permanentes do exército activo não sofrerá alteração ainda que esses oficiais sejam promovidos nos termos do artigo 441.º do decreto de 25 de Maio de 1911.

4.º Sómente no caso de serem chamados à efectividade do serviço é que os oficiais de reserva das unidades de reserva vencerão a gratificação correspondente ao seu posto, ou o soldo e gratificação correspondentes ao seu posto, conforme tiverem pertencido aos quadros permanentes do exército activo ou aos quadros milicianos, como dispõe o § único do citado artigo 441.º

5.º As colocações e transferências dos oficiais de reserva serão feitas em *Ordem do Exército*.

6.º As mudanças de residência dos oficiais de reserva serão participadas pelos próprios aos comandantes das unidades a que pertencerem, e, quando residam na sede das suas unidades, todas as pretensões e assuntos que lhes disserem respeito serão tratados por intermédio dos mesmos comandantes.

Paços do Governo da República, em 10 de Agosto de 1912. — *António Xavier Correia Barreto*.

D. do G. n.º 220, de 18 de Setembro de 1912.

4.ª Repartição

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, aprovar os regulamentos abaixo transcritos das sociedades de Instrução Militar Preparatória n.ºs 1 e 2.

Paços do Governo da República, em 12 de Agosto de 1912. — *António Xavier Correia Barreto*.

Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 1

CAPÍTULO I

Denominação, sede e fins

Artigo 1.º É fundada, nos termos dos presentes estatutos, uma associação benemérita e patriótica denominada Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 1, tendo como base o regulamento publicado na *Ordem do Exército* n.º 5, 1.ª Série, de 4 de Junho de 1912.